



**HOMOLOGAÇÃO DE DEFERIMENTO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS HABILITADAS PARA PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM PRÓPRIO DE ELEIÇÃO PARA GESTÃO 2024-2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED/JS.**

**CONSIDERANDO** A Constituição Federal do Brasil estabelece a igualdade de todos perante a lei e prevê a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no artigo 7º (direitos trabalhistas), artigo 23 (competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e artigo 24 (competência legislativa concorrente);

**CONSIDERANDO** A Legislação Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que dispõe sobre a inclusão, educação, saúde, trabalho e assistência social (BPC);

**CONSIDERANDO** A Lei Federal nº8.213/1991, conhecida como Lei de Cotas, que estabelece a obrigatoriedade de empresas reservarem uma porcentagem de suas vagas para pessoas com deficiência;

**CONSIDERANDO** o Decreto Federal nº 3.298/1999, que regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, detalhando aspectos como habilitação, reabilitação e acessibilidade;

**CONSIDERANDO** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996 que assegura a inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional;

**CONSIDERANDO** o Decreto Federal nº 5.296/2004 que regulamenta a acessibilidade para pessoas com deficiência, especificando normas técnicas e critérios de adaptação de espaços públicos e privados;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 7.303/2016 que reorganiza o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Jaraguá do Sul (Comped/JS) e dá outras providências e competências, dentre elas a necessidade de acompanhar o desenvolvimento das atividades, projetos e programas desenvolvidos com e para a população com deficiência do município de Jaraguá do Sul, SC.

**CONSIDERANDO** a análise dos documentos apresentados pelas entidades, realizada pela Comissão Temporária do Fórum constatou-se que, conforme o parecer nº 01/2024/COIF/COMPED/JS APRECIADO PELA PLENÁRIA DE 07/11/2024.

- Aceitou-se todos os documentos apresentados.



Importante ressaltar que entidades sem fins lucrativos, sejam elas municipais, estaduais ou federais, são regulamentadas e validadas por decreto presidencial ou por lei e diretrizes. No caso específico do SESI/SENAI, este é regulamentado pelo Decreto-Lei nº 57.375/65, que estabelece um regime de unidade normativa e descentralização executiva. O SENAI, por sua vez, é concedido pelo Art. 20 da Lei Federal nº 12.513/2011, com redação atualizada pela Lei Federal nº 12.816/2013.

Ressaltamos que, conforme o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal do Brasil, todos têm direito ao acesso à informação, que diz:

*“...todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado....”*

Com base no consenso, foi **DEFERIDO** o cadastro/habilitação para o Fórum para todas as entidades inscritas dentro do prazo estipulado com as seguintes ressalvas as quais, pela análise da comissão não impedem a habilitação da entidade, sendo elas;

**1. AJAE**

**Associação Jaraguaense de Equoterapia**

**2. AMA**

**Associação de Amigos do Autista de Jaraguá do Sul**

**Ressalva:** Indefere a nomeação da Sra. Fabiane Raquel Braun Picinini, pois de acordo com o art.12 da Resolução nº 17/2024/COMPED/JS, que estabelece como delegados aqueles indicados como membros titular de sua entidade representante, e neste caso para efeito de homologação de participação no Fórum, **CONSIDERA-SE COMO DELEGADA** a Sra. Juliana Greise Ranghetti Zoz.

**3. APAE**

**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**





**4. SESI**

**Serviço Social da Indústria**

**5. OAB**

**Ordem dos Advogados do Brasil**

**Ressalva:** *Indefere a nomeação da Dr. Francisco Christóvão, pois de acordo com o art.12 da Resolução nº 17/2024/COMPED/JS, que estabelece como delegados aqueles indicados como membros titular de sua entidade representante, e neste caso, para efeito de homologação de participação no Fórum, CONSIDERA-SE COMO DELEGADA a Dra. Priscila Colonetti Brognoli.*

**6. SOL**

**Grupo de Solidariedade**

**7. UPDOWN**

**União de Pais pela Síndrome de Down**

Eu, **Victor Dalazem**, Presidente da Comissão Temporária do Fórum, em consonância com a análise e decisões supramencionadas, **HOMOLOGO o DEFERIMENTO** do cadastro/habilitação para todas as entidades inscritas dentro do prazo estipulado, com as ressalvas indicadas, conforme deliberado pela Comissão Temporária do Fórum.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2024



**Victor Dalazem**  
Presidente da Comissão  
Temporária do Fórum